



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017 AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A

Prezados Acionistas,

A administração da AES Uruguiana Empreendimentos S.A. (“AES Uruguiana” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis, acompanhadas do Relatório de Auditoria dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

PERFIL

A AES Uruguiana iniciou suas atividades em 2000 na cidade de Uruguiana, no Estado do Rio Grande do Sul e está autorizada a operar como produtora independente pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997. A usina tem capacidade instalada de 639,9MW e possui duas turbinas de combustão com capacidade de 187,5 MW cada e uma turbina a vapor com capacidade de 265 MW.

A geradora está com suas atividades paralisadas desde abril de 2009 devido à interrupção total do fornecimento de gás por parte da sua única fornecedora, a empresa argentina Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. (“YPF”), o que aconteceu em maio de 2008. Essa interrupção determinou a paralisação das atividades operacionais da usina em abril de 2009.

Ainda em 2009 a Companhia apresentou requerimento de arbitragem contra a YPF pelo término do contrato de exportação, pleiteando o pagamento de indenização. O Tribunal Arbitral emitiu o Laudo Parcial (decisão favorável de mérito que reconheceu a responsabilidade da YPF pela quebra do contrato de fornecimento de gás) em maio de 2013, e, em abril de 2016, o Tribunal Arbitral emitiu o Laudo Final sobre a quantificação dos danos a serem pagos pela YPF à Companhia.

No entanto, em 30 de dezembro de 2016, a Companhia e YPF chegaram a um acordo pelo qual a YPF se comprometeu ao pagamento de US\$ 60 milhões (R\$ 190,2 milhões) à Companhia para pôr fim às discussões relacionadas à arbitragem. O referido acordo foi aprovado pela Diretoria Executiva da YPF em 06 de janeiro de 2017 e os valores transferidos para a Companhia em 12 de janeiro de 2017.



Operação Comercial

No final de 2012, o Ministério de Minas e Energia (“MME”), em conjunto com a AES Uruguiana, Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobrás”), Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”), TSB (“Transportadora Sulbrasileira de Gás”) e Operador Nacional do Sistema (“ONS”), iniciaram as negociações para o retorno excepcional da operação da usina.

As operações foram iniciadas parcialmente em 06 de fevereiro de 2013 com potência, neste primeiro período, de 164 MW e, no segundo período, de 244MW, com o acionamento da operação em ciclo combinado.

Em 2014 e 2015, a usina foi novamente autorizada pelo MME a operar de forma excepcional e temporária, gerando no período de 9 de março de 2014 a 16 de maio de 2014 o equivalente a 240MWm e no período de 12 de fevereiro a 29 de maio de 2015 o equivalente a 320MWm.

Ao longo de 2016 e 2017 a usina de Uruguiana esteve em condições de hibernação, permanecendo com suas atividades paralisadas em função da indisponibilidade de gás.

Buscando promover a retomada da operação comercial da usina, foram iniciadas negociações com fornecedor de gás natural argentino, a YPF para promover a retomada do fornecimento de gás natural para a usina.

A Companhia e YPF formalizaram acordo de Industrialização por Encomenda para Geração de Energia Elétrica para Exportação em 06 de janeiro de 2017 por meio do aceite da YPF da carta oferta da AES Uruguiana enviada à YPF com o referido Contrato em Anexo. A YPF se obriga a fornecer o gás natural, a ser importado pela Companhia. Este gás não será pago pela Companhia, sendo somente transformado em energia elétrica, que, após essa transformação, será entregue a energia resultante à YPF, prevendo que a Companhia deverá disponibilizar energia elétrica ao sistema argentino por no mínimo dois anos, podendo ser prorrogado por mais 3 anos. O referido contrato tem condições precedentes, como por exemplo autorizações governamentais, para que a Companhia venha a efetivamente auferir receita oriunda do contrato. Além disso, o contrato compreende uma remuneração fixa pela disponibilidade da usina ao sistema elétrico argentino e uma remuneração em função do volume de energia gerada.



EFICIÊNCIA OPERACIONAL, COMERCIAL E FINANCEIRA

Desempenho Operacional

Devido à interrupção no fornecimento de gás natural, em abril de 2009, a AES Uruguiana interrompeu sua operação e iniciou o programa de manutenção e conservação da usina (“Hibernação”). Essa decisão foi tomada visando à redução de custos e a preparação da usina para uma possível retomada de atividades no futuro, em havendo disponibilidade de gás.

Com o reconhecimento da necessidade de geração de forma excepcional e temporária da usina pelo MME nos anos de 2014 e 2015, a usina registrou uma geração líquida de 821,2 GWh em 2015, valor 155% superior ao registrado no ano anterior (322,1 GWh).

Ao longo de 2016 e 2017 a usina de Uruguiana manteve-se em condições de hibernação, permanecendo com suas atividades paralisadas em função da indisponibilidade de gás natural.

Desempenho Comercial

Atualmente, a AES Uruguiana permanece com as suas atividades paralisadas por conta da indisponibilidade de gás.

O retorno da operação comercial nos anos de 2013, 2014 e 2015 teve um caráter temporário e excepcional.

A Administração da Companhia, na busca por alternativas para viabilizar o retorno comercial da usina e sua operação de longo prazo, celebraram Contrato de Industrialização por Encomenda para Geração de Energia Elétrica para Exportação, juntamente com as cartas enviadas pela YPF à AES Uruguiana em 5 e 6 de janeiro de 2017 prevendo que a Companhia deverá disponibilizar energia elétrica ao sistema argentino por no mínimo dois anos, podendo ser prorrogado por mais 3 anos, conforme anteriormente mencionado.

Desempenho Econômico Financeiro

Resultados - R\$ milhões	2017	2016	Var. %
Receita Bruta	(2,4)	0,2	-1319,7%
Receita Líquida	(2,1)	0,2	-1328,7%
Custos e despesas operacionais*	186,2	13,4	1285,7%
Resultado Bruto	160,4	(10,4)	-1642,6%
Ebitda	184,1	13,6	1252,3%
Resultado Financeiro	14,3	(9,9)	-254,2%
Resultado antes da Tributação	174,7	(20,3)	-962,5%
Lucro Líquido	126,0	10,6	1093,6%

* Exclui Depreciação e Amortização

Em 2017, a AES Uruguiana registrou uma despesa operacional bruta de R\$ 2,4 milhões, comparada receita bruta de R\$ 193,0 mil registrada no ano de 2016. Em 2014, em função da operação em caráter emergencial autorizada pelo governo federal, a Companhia reconheceu uma receita pela energia produzida no montante de R\$ 3,0 milhões auferida por meio de liquidação no mercado de curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e Encargo de Serviços do Sistema (“ESS”). Esta operação encontra-se em análise pelo órgão regulador desde outubro de 2016 e em 30 de junho de 2017, a Companhia efetuou um ajuste na estimativa do valor a receber referente ao referido ressarcimento no montante de R\$ 2,4 milhões, resultante de uma análise interna. A despesa operacional líquida da Companhia em 2017 foi negativa em R\$ 2,1 milhões e positiva em 2016 no montante de R\$ 174,0 mil.

Em função, principalmente, do recebimento de R\$ 190,9 milhões do acordo de arbitragem com a YPF em 10 de janeiro de 2017 conforme detalhado na seção “Principais Eventos do Período”, os custos e despesas operacionais da AES Uruguiana, excluindo depreciação e amortização, resultou em um valor positivo de R\$ 186,2 milhões contra um valor positivo de R\$ 13,4 milhões apurado em 2016. Desconsiderando este impacto, os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizariam R\$ 4,7 milhões, comparado a um valor positivo de R\$ 13,4 milhões em 2016.

O Ebitda totalizou R\$ 184,1 milhões em 2017 ante R\$ 13,6 milhões em 2016.

A AES Uruguiana auferiu um resultado financeiro de R\$ 14,3 milhões em 2017 versus um resultado negativo de R\$ 9,9 milhões no mesmo período do ano anterior.

Mesmo sem receita, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 126,0 milhões em 2017 versus R\$ 10,6 milhões registrados em 2016, explicado, principalmente, pelo recebimento de R\$ 190,0 milhões como resultado do encerramento de discussões de arbitragem no exercício.

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: resultado líquido do período (R\$ 126,0 milhões em 2017 e R\$ 10,6 milhões em 2016), acrescido dos tributos sobre o lucro (negativo em R\$ 48,7 milhões em 2017 e positivo em R\$ 30,8 milhões em 2016), das despesas financeiras e variação cambial líquidas das receitas financeiras (positivo em R\$ 14,3 milhões em 2017 e negativo de R\$ 9,9 milhões em 2016) e das depreciações e amortizações (R\$ 23,7 milhões em 2017 e R\$ 24,0 milhões em 2016) totalizando, conforme acima, R\$ 184,1 milhões e R\$ 13,6 milhões em 2017 e 2016, respectivamente.

Remuneração aos Acionistas

De acordo com a Lei das S.As, 5% do lucro líquido ajustado deve ser destinado para a constituição de uma reserva legal (i) até o limite de 20% do capital social da Companhia e/ou (ii) até que a reserva legal mais as reservas de capital (previstas no art. 182, § 1º da Lei das S.As) atinjam 30% do capital social.

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Assim, a Companhia prevê a destinação de R\$ 61,1 milhões como dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos no exercício de 2018, R\$21,7 milhões destinados para reserva de dividendos não distribuídos e R\$ 39,4 milhões destinados para aumento de capital, conforme tabela a seguir:

Dividendos - R\$ milhões	
Lucro do Exercício - 31 de dezembro de 2017	126,0
Constituição de reserva legal (5%)	(3,7)
Base para distribuição de dividendos	122,3
Destinação de dividendos mínimo obrigatório	61,1
Reserva de dividendos não distribuídos	21,7
Proposta de destinação para aumento de capital	39,4
Saldo remanescente	-

Investimentos

Em 2017 a Companhia não registrou investimentos considerando sua condição de hibernação e paralização das atividades.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2017, a AES Uruguaiana utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY") para (i) auditoria de suas demonstrações contábeis anuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (IFRS); (ii) auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América.

Adicionalmente a Companhia contratou (iii) serviço de auditoria e consultoria de procedimentos previamente acordados, a fim de atender às disposições dos Despachos nº 512 e nº 1.976 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira ("SFF"), da ANEEL, referente Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria Contábil e Financeira dos Programas e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D) e Eficiência Energética ("EE").

Os valores totais dos serviços acima descritos totalizam R\$ 132.257 (cento e trinta e dois mil duzentos e cinquenta e sete reais). Os serviços (i) e (ii), acima, possuem prazo de contratação de um ano, tendo sido contratados em 01/04/2017; já os serviços descritos no item (iii) possuem prazo de contratação de 36 meses, tendo sido contratados em 16/05/2016.

Ao longo do exercício de 2017, a AES Uruguaiana não utilizou os serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY") para a realização de outros trabalhos de auditoria e consultoria.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 19 de fevereiro de 2018.